REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA NOS ANOS 90 E O MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Darcilene Cláudio Gomes[1]

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar as transformações observadas no mercado de trabalho nos anos 90 (a partir da análise de indicadores selecionados), tendo como referência as mudanças pelas quais passou a economia brasileira no período. Os indicadores sobre o mercado de trabalho foram construídos a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Utilizou-se ainda dados das Contas Nacionais do IBGE.

Abstract: This paper intends to analyze the transformations occurred on 90's work market (beginning from the analysis of selected indicators), having as reference the changes in the Brazilian economy at the same period. The indicators of work market were constructed beginning of micro data of Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD. It has utilized, too, data from the Contas Nacionais from IBGE.

Sub-área: 16 – Mundo do Trabalho

INTRODUÇÃO

Ao longo da última década, a economia brasileira passou por um processo significativo de mudanças causadas, em especial, pela nova orientação da política econômica no início dos anos 90, que se baseou em diversas medidas, tais como: a desregulamentação e abertura da economia, a retirada progressiva do Estado do campo produtivo – via privatizações – e o contingenciamento do gasto público.

A reestruturação da economia brasileira nos anos 90 afetou todos os setores da atividade econômica e, como não poderia deixar de ser, atingiu o mercado de trabalho. Observou-se no período, ampliação do desemprego e o aprofundamento de algumas tendências observadas no país desde os anos 80, como a redução do emprego industrial, a diminuição da formalização do trabalho e o crescimento da participação do setor serviços tanto no produto quanto no emprego.

[1] Doutoranda em Economia Aplicada (área: Economia Social e do Trabalho) no Instituto de Economia da Unicamp.

Este artigo tem por objetivo relacionar as transformações econômicas pelas quais a economia brasileira passou ao longo da década de 90 e os efeitos de tais transformações sobre o mercado de trabalho. Para tanto, o artigo está dividido em 3 itens. O primeiro deles faz uma rápida referência à estruturação do mercado de trabalho brasileiro e aos principais problemas que o tipo desenvolvimento experimentado pelo país relegou ao trabalho. No segundo item faz-se uma recuperação também breve das mudanças econômicas no período. O terceiro item trata do mercado de trabalho a partir da análise de indicadores selecionados, este item contém também uma análise setorial (considerando os grandes setores da atividade econômica) sobre o emprego e a ocupação.

1. Breve panorama do mercado de trabalho brasileiro (1930-80)

O mercado de trabalho brasileiro é marcado pelo passado colonial e escravista do país, pela forma como se deu a constituição do mercado de trabalho livre (com excedente de força de trabalho – negros libertos e brancos não proprietários – reforçada pela imigração, pelo expressivo crescimento populacional e pelo êxodo rural)[2] e, finalmente, pela sua subordinação ao projeto de industrialização brasileiro (a partir dos anos 30).

De 1930 até 1980 a economia brasileira foi palco de grande crescimento econômico, o qual foi responsável pela geração de amplas oportunidades de ocupação para a população brasileira. Entre 1950 e 1980 foram criadas aproximadamente 27 milhões de ocupações[3], distribuídos entre agricultura (10,7%), indústria (30,9%) e terciário (58,4%)[4]. Segundo Faria (1986), a mudança quantitativa mais expressiva no período reside no decréscimo do percentual de pessoas empregadas no setor primário (sua participação no total da PEA cai de 59,9% em 1950 para 29,9% em 1980). O crescimento da participação do setor secundário na PEA também é marcante, o setor era responsável por 14,2% da PEA em 1950 e 24,4% em 1980. No caso do crescimento do setor terciário, Faria ressalta que os melhores desempenhos no interior do setor estiveram relacionados ao crescimento do terciário institucionalizado (administração

[2] Ver Furtado (1981), Franco (1997) e Kowarick (1987).
[3] Faria (1986) mostra que o crescimento do emprego foi superior ao crescimento da população com mais de dez anos de idade. Enquanto a população cresceu 2,98% entre 1950 e 80, o emprego cresceu urbano cresceu 5,12%.
[4] Faria (1986).

pública e atividades sociais) e a outras atividades (a qual demonstraria complexidade da estrutura ocupacional brasileira) em contraposição ao terciário "marginal". Ainda neste período, registrou-se uma crescente integração do mercado nacional de trabalho, vigorosa expansão das fronteiras agrícolas, crescente urbanização da força de trabalho e baixíssimas taxas de desemprego aberto (de 2% a 3% em meados da década de 70).

Assim, todos estes elementos foram responsáveis por forjar um mercado de trabalho heterogêneo, cuja face mais perversa aparecerá com o arrefecimento do crescimento econômico nos anos 80. Mesmo em épocas de grande dinamismo econômico (como no período 1930-1980) não conseguiu "incluir" parcela significativa de sua população, que acabava buscando a sobrevivência na informalidade. Mesmo os trabalhadores que conseguiram inserção no mercado de trabalho formal não necessariamente puderam gozar de melhores condições de vida, dado que vigoravam baixos salários para amplos contingentes de trabalhadores.[5] O resultado de tal processo foi a crescente desigualdade de renda (até mesmo entre os próprios trabalhadores), a precarização das relações de trabalho, o subemprego, o baixo nível de escolaridade dos trabalhadores, entre outros. Segundo Baltar, Dedecca; Henrique (1996:89), no período ocorreu:

> *(...) uma ampliação do assalariamento e da formalização das relações contratuais, mas se reproduziram formas de integração precária no mercado de trabalho que coexistiram com um núcleo de assalariamento mais estável e com garantias de direitos trabalhistas – associados, regra geral, ao emprego público e às empresas privadas com maior tamanho e grau de organização.*

O crescimento econômico perdeu fôlego no Brasil a partir de 1980, verificando-se apenas alguns espasmos de crescimento ao longo da década (entre 1984 e 1986). A crise econômica provocada pelo alto endividamento externo e a necessidade de ampliação das exportações para cumprimento dos compromissos externos, em um contexto de interrupção do crédito internacional, comprometeu o crescimento do mercado interno e o desenvolvimento do país. Soma-se a esses problemas a crescente instabilidade inflacionária que afetou o poder de compra dos salários. Para o mercado de trabalho as conseqüências de tal processo foram: ajuste no nível de emprego principalmente no setor secundário (com crescimento do setor terciário), redução da formalização do emprego (em relação ao emprego total) e crescimento do desemprego.

[5] No período militar, por exemplo, o governo executou uma política de arrocho dos salários de base, concedendo reajustes sempre em patamar inferior ao da inflação, além de também reprimir a organização sindical.

O desemprego aberto foi mais expressivo no período 1981-83. No final da década, as taxas de desemprego aberto eram relativamente baixas nas metrópoles brasileiras (BALTAR, DEDECCA e HENRIQUE, 1996).

A despeito da elevação relativa do desemprego, constata-se que o nível de emprego não chegou a diminuir na década, estando inclusive próximo do crescimento da PEA. A sustentação do nível de ocupação nos anos 80, apontam Baltar; Dedecca; Henrique (1996), foi alcançada por meio da ampliação do setor terciário, observou-se aumento da participação do comércio e dos serviços na ocupação urbana, sendo que, como aponta Montagner (s/d:6), a ampliação dessas ocupações "... envolvia o crescimento de contratações formalizadas em proporção crescente". Algumas ocupações apresentaram elevação de sua participação relativa no total das ocupações, destacando-se os trabalhadores por conta própria. Deve ser ressaltado, ainda, a ocorrência de "fenômenos compensatórios"[6] que evitaram maior deterioração do mercado de trabalho brasileiro nos anos 80, sendo eles: o crescimento do emprego público, o baixo crescimento da população urbana e a não ocorrência, em larga escala, de reestruturação no sistema produtivo – a qual marcou os anos 70 e 80 nos países capitalistas industrializados, sendo responsável por redução da classe operária tradicional, ampliação do assalariamento no setor de serviços, heterogeneização do trabalho e expansão de modalidades de trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado e terceirizado (ANTUNES, 1995).

2. A reestruturação da economia brasileira nos anos 90

Na década de 90 o movimento de desestruturação do mercado de trabalho ficou mais evidente. O rumo da política econômica comprometeu a integração social e econômica da população por meio do ingresso no mercado de trabalho. Os anos 90 afiguraram-se como importante ponto de inflexão na trajetória da economia brasileira. Já no início da década, com o governo Collor, deu-se início a um processo de desregulamentação da economia (fim da regulação estatal dos preços e das relações capital-trabalho) e sua abertura[7]; a retirada do Estado do campo produtivo (via privatizações); o contingenciamento do gasto público, entre outras medidas.

---

[6] Baltar, Dedecca e Henrique (1996:94).

[7] Em 1990, foi extinta a maior parte das barreiras não tarifárias e estabelecido o cronograma de redução das tarifas de importação que deveria vigorar entre 1991 e 1994. Em meados de 1990 iniciou-se, também,

Todos os governos que sucederam Collor não romperam com as propostas mais gerais defendidas em seu curto período de administração, em alguns casos, medidas apenas sinalizadas em seu governo foram aprofundadas, principalmente com o governo Cardoso e o Plano Real.

O Plano Real[8] teve como característica a desvinculação da taxa de câmbio da evolução dos preços domésticos, através da sua indexação com a moeda externa. A paridade cambial seria, então, mantida via ingressos de capitais no balanço de pagamentos, atraídos pelo diferencial na taxa de juros.

O programa de estabilização baseado na âncora cambial requisitou câmbio apreciado, cuja paridade e confiança na moeda foram garantidas pela manutenção de elevados diferenciais de juros, de forma a proporcionar influxo de capitais. Em relação aos juros, as taxas de juros reais cresceram.

A orientação da política econômica brasileira nos anos 90 inaugurou uma nova etapa do desenvolvimento do país, indicando caminhos diversos daqueles experimentados pelo país nas décadas anteriores, principalmente no que diz respeito ao papel do Estado dentro de um contexto de retomada do crescimento. Se o Estado até então tinha ocupado lugar de destaque, de protagonista, tal papel agora caberia ao mercado.

As mudanças no plano econômico visavam uma "adaptação" interna ao panorama financeiro internacional, no qual verificava-se alta liquidez e baixas oportunidades de aplicação de capital no conjunto dos países desenvolvidos. Neste quadro, voltou a ser possível a aplicação de capital internacional em países como o Brasil (BALTAR, 2003b). Assim, a abertura comercial e financeira dos anos 90 (e mais: privatização das empresas estatais, redução do tamanho do aparelho estatal etc.) tinha como característica atrelar a economia brasileira às mudanças observadas na economia mundial, principalmente no que diz respeito à liberalização dos fluxos financeiros. Para os governantes brasileiros, essa seria uma possibilidade de atrair recursos externos e retomar o crescimento nacional.

---

a liberalização da conta de capitais, que autorizava as instituições financeiras a manter dólares. Permitiu-se também a aquisição de ativos financeiros denominados em dólares. Autorizou-se ainda o acesso direto de investidores institucionais estrangeiros aos mercados de renda fixa e variável brasileiros (MIRANDA, 2001).

[8] Carneiro (2000).

No caso do Brasil, as ações implementadas promoveram o estancamento do processo inflacionário, a entrada de capital teve, neste caso, um papel fundamental (pelo efeito sobre o câmbio), além da liberalização das importações (que também contribuiu para reverter uma alteração dos preços relativos que tinha ocorrido nos anos 80).[9]

A combinação de câmbio valorizado e juros altos jogou a economia brasileira em uma trajetória de crescimento vil (o maior crescimento da década foi observado no ano de 1994 – 5,9%, enquanto a média de crescimento no período 1990-99 foi inferior a 2%). Além dos baixos níveis de crescimento (em relação com as médias históricas da economia brasileira), estes não foram sustentados. O PIB per capita também não teve um desempenho positivo, cresceu apenas 5% ao longo dos anos 90. Isso significa, como indica Baltar (2003b:94), que "... o retorno do crédito internacional permitiu ao Brasil cinco anos de ativação da economia mas não foi possível sustentar um crescimento do produto que pudesse elevar mais substancialmente a renda per capita."

Entretanto, a manutenção da sobrevalorização cambial, as taxas reais de juros elevadas e o aprofundamento da abertura comercial exerceram, segundo Belluzzo e Almeida (2002), um efeito perverso sobre o custo de uso do capital existente, favorecendo a racionalização da produção, com corte nos custos das empresas, introdução de inovações organizacionais, terceirização de atividades, que promoveram crescimento insuficiente dos postos de trabalho.

Além disso, o regime cambial e monetário do Plano Real provocou a quebra de elos da cadeia produtiva em diversos setores da indústria. Segundo Belluzzo e Almeida (2002), a perda de elos das cadeias produtivas denota a redução do valor agregado para um mesmo valor bruto de produção, representando a eliminação de pontos de geração de emprego e renda.

Assim, o emprego sofreu um revés na década anterior. Em primeiro lugar, a taxa de desemprego atingiu níveis ainda não registrados na economia brasileira. Em segundo lugar, o mercado de trabalho passou por um processo de reestruturação, o que será visto no item a seguir.

[9] Baltar (2003b).

3. O mercado de trabalho brasileiro nos anos 90

Ao longo dos anos 90 a População Economicamente Ativa (PEA) cresceu a um ritmo de 2,1% ao ano, desempenho superior ao do crescimento da população, o crescimento do PEA na década jogou mais de treze milhões de pessoas no mercado de trabalho, ao mesmo tempo o ritmo de expansão da ocupação foi de apenas 1,7% ao ano, o que resultou em aumento do desemprego, em 2001 somava-se pouco de oito milhões de indivíduos desempregados no país (crescimento de 68,5% no período 1992/01). Observa-se que somente na retomada em 1993/1995 e 2001 o crescimento da ocupação foi superior ao crescimento da PEA, embora o desemprego tenha variado bem pouco.

Tabela 1 – Evolução e Variação da PEA, População Ocupada e População Desempregada, Brasil – 1992-2001 (*)

Ano	PEA		PO		PD	
	milhões	Var. %	milhões	Var. %	milhões	Taxa
1992	65,8	-	61,0	-	4,8	7,2
1993	66,7	1,43	62,1	1,87	4,6	6,8
1995	69,8	4,6	65,1	4,8	4,7	6,7
1998	73,1	4,7	65,9	1,2	7,2	9,8
1999	76,9	5,29	68,9	4,45	8,1	10,5
2001	79,4	3,27	71,4	3,73	8,0	10,1
1992 - 2001	13,7	20,8	10,4	17,4	3,3	68,5

Fonte: PNAD 1992/2001 (microdados).
Elaboração própria.
(*) Considerou-se ocupados os indivíduos que declararam ter trabalhado na semana anterior ao inquérito, retirou-se os trabalhadores não remunerados com jornada inferior a 15 horas semanais e os trabalhadores dedicados ao auto-consumo e auto-construção.

Os dados da PEA por gênero mostram que a mulher continuou ingressando no mercado de trabalho, grande parte do acréscimo da PEA foi devido ao ingresso de mulheres (BALTAR, 2003a). O ingresso da mulher no mercado de trabalho tem dois sentidos, um da própria afirmação feminina e outro da necessidade da renda percebida pelas mulheres para evitar queda do poder aquisitivo da família (LEONE, 2003; OLIVEIRA, 1993).

Em relação à idade, observou-se queda na taxa de participação dos jovens (de 10 a 24 anos) na PEA e incremento na participação dos adultos. Segundo Baltar (2003a), em 1989 a taxa de participação dos jovens era 47% e em 1999 essa mesma taxa caiu para 44,5%. A diminuição do ritmo de crescimento da população total ajuda a entender parte da redução da participação na PEA da faixa etária entre 10 e 24 anos, mas a crise econômica e a diminuição de oportunidades de ingresso no mercado de trabalho

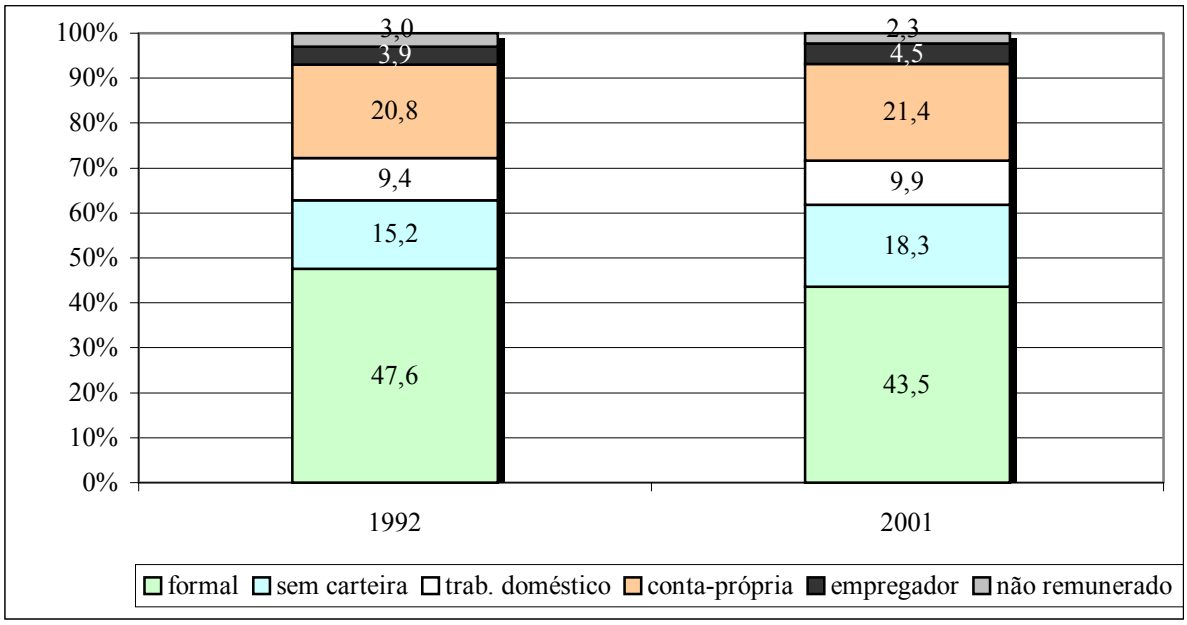
certamente tiveram contribuição significativa no declínio da participação dos jovens na PEA.

Amadeo (1999) faz outra interpretação sobre a menor participação dos jovens na PEA. Para o autor, essa redução "... ocorre, provavelmente, porque esses mais jovens preferem ficar mais tempo na escola, seja formal, seja em cursos de qualificação profissional, antes de ir ao mercado (...) porque as empresas demandam maior qualificação, e os jovens valorizam a educação" (AMADEO, 1999:38). Os dados sobre o desemprego distribuídos por faixa etária tendem a não corroborar a análise de Amadeo. Grande parte dos jovens que buscou inserção produtiva na década passada não conseguiu, conforme as taxas de desemprego demonstram. A contínua busca por emprego sem sucesso provavelmente colaborou para a menor participação dos jovens, é provável tratar-se mais de uma situação de "desalento" do que de opção por mais escolaridade. O número de inscrições em programas de "primeiro emprego" também reforça essa argumentação[10]. Os jovens deixaram de procurar emprego porque o mercado de trabalho se estreitou na década de 90 e esse grupo foi um dos principais atingidos.

Outra mudança no mercado de trabalho na década de 90, diz respeito à posição na ocupação. Observou-se avanço da participação dos trabalhadores por conta própria, sem carteira, empregadores e serviços doméstico e redução dos empregados formais[11] (gráfico 1). Os conta própria cresceram 3,2% ao ano entre 1992 e 2001, os sem carteira 5,4%, os empregadores 4,8% e o trabalho doméstico 3,6%, enquanto o emprego formal teve acréscimo de apenas 1,7% a.a. no mesmo período (gráfico 2). Essas mudanças já vinham se delineando desde os anos 80, mas ganharam mais fôlego nos anos 90. O aumento da informalização do trabalho tem relação com as transformações ocorridas na economia brasileira na década, entre as quais a mudança na composição setorial da atividade econômica (maior crescimento do terciário – onde são encontrados mais empregos informais; redução do emprego no setor secundário – setor com postos mais formalizados) e a terceirização (BALTAR, 2003a).

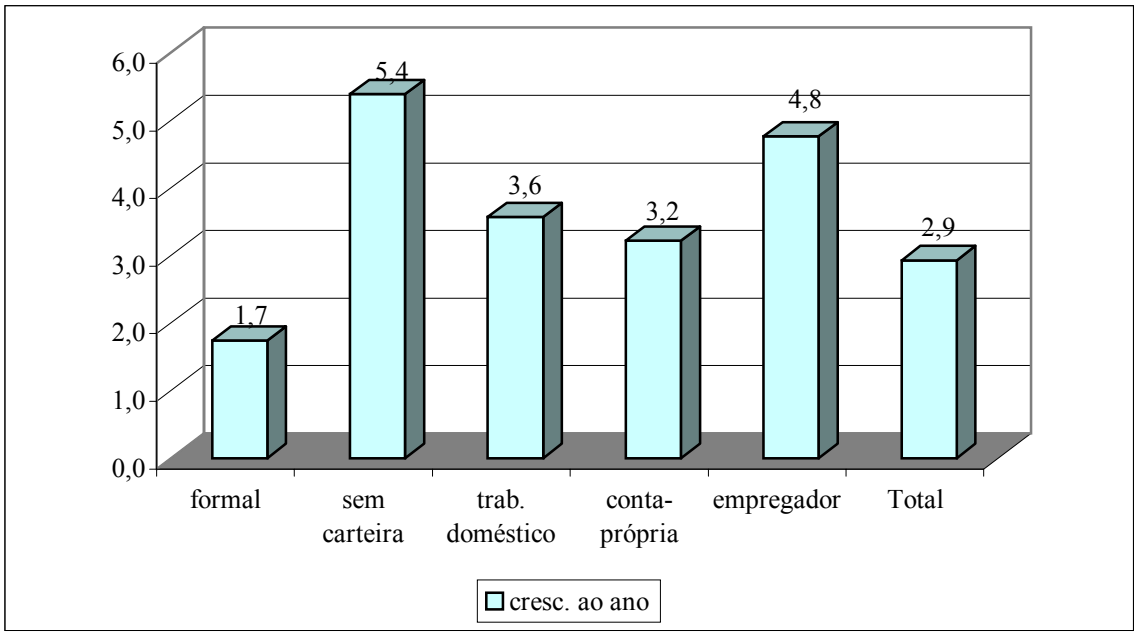
[10] Ver Gomes; Moreira (2003).
[11] Trabalhadores com carteira de trabalho assinada ou estatutários.

Gráfico 1 – Percentual de ocupados não agrícolas distribuídos por posição na ocupação, Brasil – 1992/2001



Fonte: PNAD 1992/2001 (microdados).
Elaboração própria.

Gráfico 2 – Taxa de crescimento anual dos ocupados por posição na ocupação, Brasil – 1992/2001



Fonte: PNAD 1992/2001(microdados).
Elaboração própria.

O crescimento de empregos sem carteira e de trabalhadores autônomos são muitas vezes identificados com uma tendência a precarização do mercado de trabalho, uma vez que tais vínculos são mais instáveis e desprotegidos (pois estão à margem da legislação trabalhista). Neste sentido pode se dizer que piorou a qualidade dos empregos gerados na década passada.

Entretanto, Ramos; Reis (1997) não concordam com essa visão. No que diz respeito aos trabalhadores por conta própria, em particular, houve uma "... 'migração' de mão-de-obra qualificada para o setor 'informal' (...) e [que] têm capacidade de manter níveis elevados de remuneração" (RAMOS; REIS, 1997:225). Assim, a identificação desses profissionais como aqueles que detêm um emprego de baixa qualidade seria questionável. Ramos; Reis, para chegar a esta conclusão, utilizam indicadores que levam em consideração os rendimentos médios dos trabalhadores autônomos e seu nível de escolaridade. Contudo, segundo Baltar (2003a), a melhoria da renda dos autônomos não se verificou, considerando o período 1981/1999 houve manutenção do nível de rendimento dos trabalhadores por conta própria (em 1999, 1,4% maior do que em 1981). Baltar (2003a) também ressalta o fato segundo o qual o rendimento dos conta própria e dos empregadores são mais sensíveis ao ritmo da atividade econômica.

E mais, a qualidade do posto ocupado não tem relação apenas com a escolaridade e a remuneração. Mesmo considerando rendimento mais elevado para os autônomos deve ser observada a existência de condições de trabalho adequadas como: proteção contra acidentes, limites para horas trabalhadas, garantia de remuneração estável, repouso semanal, contribuição à previdência social, oportunidade de capacitação. Dificilmente os autônomos conseguem atender esses últimos requisitos.

3.1. Mercado de trabalho: o desempenho setorial

Para analisar a ocupação e o emprego distribuídos pelos grandes setores da atividade econômica utilizou-se os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) no período 1992-2001. Os setores foram agrupados a partir da variável "atividade principal do empreendimento nesse trabalho" (v9907). A variável "ocupação" foi construída levando-se em conta aqueles que se declararam trabalhadores na semana, excetuando-se os ocupados em auto-consumo e auto-construção, entre os

não remunerados excluiu-se aqueles com jornada semanal inferior a 15 horas. O "emprego" corresponde ao emprego em estabelecimentos e foi construída a partir da variável "posição na ocupação no trabalho principal" (v4706) e engloba empregados formais e informais. Para determinar a ocupação e o emprego agrícola, utilizou-se a semana como período de referência. Deve-se registrar que, segundo Dedecca (2003), esse talvez não seja o melhor procedimento para definir os ocupados em atividades agrícolas, dada a sazonalidade do nível de atividade do setor. Assim, o autor sugere que se utilize um período de captação mais amplo, o ano, para selecionar os ocupados em atividades agrícolas, no lugar de utilizar a semana (mais adequado para ocupações não agrícolas). Entretanto, os dados sobre a ocupação no setor agrícola utilizando os dois períodos de captação apresentam a mesma tendência, a qual também foi verificada na bibliografia consultada.

Em relação à agropecuária, o resultado da década relativo ao produto foi positivo, o valor adicionado cresceu 45,6% no período 1989-2000 (tabela 2). O desempenho do setor primário foi o melhor em relação aos demais setores da atividade econômica. Entretanto, como aponta Silva (2004:29), "... a agropecuária sozinha não foi capaz de produzir efeitos multiplicadores suficientes para afetar positivamente as taxas de crescimento dos outros dois grandes setores da economia" e, embora a participação do setor no total do valor adicionado tenha se elevado um pouco, esta elevação não foi suficiente para alterar o perfil estrutural entre os três grandes setores (ver tabela 3).

Tabela 2 - Evolução do Valor Adicionado (VA) por Grandes Setores de Atividade, 1990/2000 - Brasil (1990=100)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agropecuária	100,0	103,8	110,2	110,1	116,2	118,3	124,9	127,2	129,3	139,0	145,6
Industria Total *	100,0	99,4	97,1	104,3	110,7	113,0	117,0	124,2	124,3	124,8	131,8
Serviços *	100,0	101,4	102,1	105,8	109,7	114,0	117,1	120,0	122,4	124,9	128,9
Total do VA	100,0	100,8	100,7	105,5	110,5	113,9	117,6	122,2	123,6	125,8	131,2

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 1985-2000. Adaptado de Silva (2004).
Obs.: calculado a partir de valores correntes a preços básicos (valores de 2000)
(*) Número índice calculado a partir da soma dos valores nominais a valores de 2000 apresentados pelo IBGE.

Tabela 3 – Participação dos setores da atividade econômica no Valor Adicionado Bruto, Brasil - 1990/2000

Setor	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Agropecuária	6,7	7,0	7,4	7,0	7,1	7,0	7,2	7,0	7,1	7,5	7,5
Indústria	40,1	39,5	38,6	39,6	40,1	39,8	39,9	40,7	40,3	39,7	40,3
Terciário	53,2	53,5	54,0	53,3	52,8	53,2	53,0	52,2	52,7	52,8	52,3

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 1985-2000. Adaptado de Silva (2004).

Se o desempenho em relação ao produto foi positivo, o mesmo não pode ser dito em relação à ocupação e ao emprego. O saldo dos ocupados no setor ao longo da década foi negativo. Em qualquer subperíodo analisado observou-se redução dos ocupados no setor primário (tabela 4). Os segmentos que mais perderam ocupações foram: a pecuária, cotonicultura, cultura do fumo, oleaginosos e silvicultura. Se for considerado o emprego agrícola, a queda do número de empregados foi mais significativa, 15,4% entre 1992 e 2001 (ver tabela 4). O que explica o desempenho diferenciado do produto e do emprego/ocupação no setor primário? Segundo Balsadi (1997), entre os vários motivos que podem ser elencados, a redução da área cultivada com algumas culturas e o desenvolvimento tecnológico têm mais destaque.

Tabela 4 – Variação dos ocupados* e empregados* no setor primário, 1992/01 – Brasil

	1992/93		1995/98		1999/01		1992/01	
	Ocupados	Empregados	Ocupados	Empregados	Ocupados	Empregados	Ocupados	Empregados
Primário	(2,49)	(3,21)	(10,31)	(12,43)	(8,20)	(5,52)	(11,06)	(15,83)
Total	2,04	1,81	1,98	2,85	5,54	8,62	21,69	19,54

Fonte: PNAD – 1992/2001 (microdados).
Elaboração própria.
(*) Com renda positiva.

A redução da área cultivada tem relação com o fim da regulação estatal no setor e com o direcionamento da política econômica. Desde o início da década, em sintonia com as modificações mais gerais da economia assinaladas anteriormente, o governo desmontou os instrumentos de política agrícola (garantia de preços mínimos, estoques reguladores, crédito agropecuário) e reduziu os recursos públicos destinados à infra-estrutura, pesquisa agropecuária e assistência técnica, conforme aponta Balsadi (1997). Tanto a abertura econômica quanto a valorização cambial prejudicaram algumas atividades primárias, as quais foram submetidas à crescente competição internacional e perderam competitividade devido ao câmbio valorizado. Acrescenta-se a este quadro questões climáticas e fitossanitárias. Assim, muitas culturas, em especial aquelas mais intensivas em força de trabalho, tiveram redução em sua área cultivada ou foram substituídas por outras mais modernas, como as lavouras de grãos, mais intensivas em tecnologia. Segundo Balsadi (1997), a utilização de tecnologia (insumos modernos e mecanização da colheita e pós-colheita) no campo cresceu nos anos 90. O câmbio valorizado do início do Real favoreceu a utilização de tecnologia pela facilidade de

importação, os financiamentos com baixos juros também ajudaram[12]. Dessa forma, foi possível ampliar a produção sem a correspondente ampliação da área cultivada e com redução do pessoal ocupado.

O bom desempenho do produto agrícola, dessa forma, esconde realidades distintas. Nesse sentido, somente alguns setores, em especial aqueles ligados à agroindústria, avançaram na década de 90, pois eles podiam acessar o crédito interno e externo.

No caso da pecuária, a abertura comercial fez com que o setor enfrentasse grande concorrência, em especial dos países membros do Mercosul. A cotonicultura também sofreu com a concorrência internacional (tanto do próprio algodão, quanto das fibras artificiais/sintéticas), aliás, toda a cadeia do setor têxtil foi abalada[13]. Nem a desvalorização de 1999 permitiu a recuperação do setor, o qual não conseguiu restabelecer a área colhida do início da década e nem o número de pessoas ocupadas[14]. As oleaginosas também tiveram fraco desempenho na década devido à mecanização, conforme atesta Basaldi (2000) para o estado de São Paulo.

Soma-se ao quadro da ocupação/emprego na agricultura, o aumento da exploração do trabalho no campo[15], com elevação do desemprego e do subemprego[16]. Segundo Kageyama (1997), cerca de 35% dos ocupados nas atividades agrícolas em 1995 estavam subempregados.

De forma geral, de acordo com Baltar (2003b), a queda do emprego agrícola revela uma intensa mudança na agricultura brasileira que vinha acontecendo desde os anos 80, na direção da consolidação da agroindústria e do aumento da produtividade do trabalho obtida por meio da mecanização das colheitas, os quais foram intensificados pelas transformações econômicas dos anos 90.

O secundário foi outro setor da atividade econômica significativamente afetado pelas transformações ocorridas na economia brasileira nos anos 90. Embora a

[12] Como o Finame Agrícola (concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES) e o Programa Nacional de Fortalecimento do Agricultura Familiar - Pronaf (com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT). Ver Belik et. all. (2003).
[13] O setor têxtil teve suas alíquotas de importação muito reduzidas no início dos anos 90. As alíquotas de importação do algodão em pluma, por exemplo, foram zeradas (FERREIRA, 2003).
[14] Segundo Belik et. all. (2003), o impacto das "colhedoras" sobre a demanda de trabalhadores é muito significativo. No caso da cultura do algodão, uma colhedora substitui o trabalho de 80 a 150 pessoas.
[15] Couto Filho; Machado; Gomes (1997).
[16] Definidos por Kageyama (1997) como aqueles trabalhadores que não preenchiam a jornada legal de trabalho por semana e cujo rendimento era inferior ao valor do salário mínimo legal vigente.

participação do setor industrial no valor adicionado do país tenha variado ao longo da década, sua participação em 2000 foi da mesma magnitude daquela observada no início dos anos 90: 40,1% contra 40,3% (ver tabela 3).

Entre os subsetores do secundário, apenas a indústria de serviços de utilidade pública (eletricidade, gás e água) experimentou crescimento ao longo de toda a década (tabela 5), mas sua participação no total do VA do setor é pequena, 8,3% (tabela 6). A indústria extrativa mineral também se expandiu durante os anos 90, com exceção da recessão do início da década (sua participação no VA também é pequena, 7,5%). Tanto os serviços de utilidade pública quanto a indústria extrativa ampliaram sua participação no VA considerando o período 1990/2001 (tabela 6). A construção sentiu os efeitos da recessão, mas a partir de 1993 se recuperou. Já o VA da indústria de transformação oscilou sensivelmente durante os anos 90, caindo na recessão de 1990-92, se recuperando após 1993 até 1997, caindo novamente em 1998-99 e voltando a se recuperar em 2000. Como a indústria de transformação representa mais de 60% do VA do setor industrial e por sua importância em relação a dinâmica da economia, será dado maior destaque à evolução do subsetor nos anos 90.

Tabela 5 – Evolução do Valor Adicionado (VA), setor industrial, 1990/2000 - Brasil (1990=100)

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Industria Total *	100	99,4	97,1	104,3	110,7	113,0	117,0	124,2	124,3	124,8	131,8
- Indústria extrativa mineral	100	98,5	98,0	101,2	106,9	111,2	120,5	129,3	144,4	155,1	176,2
- Indústria de transformação	100	98,5	96,1	104,5	113,4	115,0	116,9	123,5	121,2	120,5	127,9
- Eletricidade, gás e água	100	101,8	103,9	109,9	115,5	119,9	126,1	132,6	140,9	141,8	147,0
- Construção	100	101,4	97,3	102,8	102,0	105,4	113,6	122,2	122,7	123,9	126,9

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 1985-2000. Adaptado de Silva (2004).
Obs.: calculado a partir de valores correntes a preços básicos (valores de 2000)
(*) Número índice calculado a partir da soma dos valores nominais a valores de 2000 apresentados pelo IBGE.

Tabela 6 - Participação dos setores da atividade econômica no Valor Adicionado Bruto, Brasil - 1990/2000

	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Ind. extrativa mineral	5,6	5,5	5,6	5,4	5,4	5,5	5,7	5,8	6,5	6,9	7,5
Ind. De transformação	64,5	63,9	63,9	64,6	66,1	65,7	64,4	64,1	62,9	62,3	62,6
Eletricidade, gás e água	7,4	7,6	8,0	7,8	7,8	7,9	8,0	7,9	8,4	8,4	8,3
Construção	22,5	22,9	22,5	22,1	20,7	21,0	21,8	22,1	22,2	22,3	21,6

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 1985-2000. Adaptado de Silva (2004).

No início da década, observou-se queda no VA da indústria de transformação devido ao "ajuste recessivo" pelo qual passou a indústria brasileira, isto é, a combinação

entre recessão e abertura comercial fez com que as empresas empreendessem um esforço para elevar a produtividade, o que implicou em redução de pessoal, introdução de novas tecnologias, terceirização de parte das atividades antes feitas no interior das plantas e importação de parte dos insumos de produção[17]. O setor começou a se recuperar de forma tímida após 1993. Todavia, restrições como os juros elevados, dificuldade de acesso ao crédito, competição com produtos estrangeiros favorecidos pelo câmbio apreciado, a própria liberalização financeira e desregulamentação da economia impuseram dificuldades ao setor. Diante desse quadro, de acordo com Protti (2003), alguns ramos experimentaram redução nos seus níveis médios de produção, como é o caso dos produtos de couro e calçados, fios têxteis artificiais, outros minerais, tratores e máquinas de terraplanagem.

Em termos de composição setorial, vários autores divergem sobre as alterações e a extensão das mesmas na década de 90, mas todos concordam que elas existiram. Considerando a participação setorial por intensidade de fatores, observa-se que a categoria que apresentou maior variação relativa foi a de produtos intensivos em trabalho. Segundo Protti (2003), a queda na participação da categoria foi da ordem de 17%, já Moreira (1999) aponta uma queda maior. Outra questão que fica clara com os dados da participação relativa da indústria de transformação no PIB é o aumento da participação dos segmentos intensivos em recursos naturais (como carne de aves abatidas, gasolina pura, petróleo e gás).

Há também grandes divergências sobre o significado dessas alterações sobre a estrutura produtiva da economia brasileira. Alguns pesquisadores apontam que a indústria de transformação no Brasil passa por um processo de especialização e que este seria positivo ao reforçar as dotações relativas de fatores de produção do país (a de recursos naturais, por exemplo), este é o caso de Moreira (1999). Por outro lado, Coutinho (1997) aponta que essa especialização teria um sentido regressivo ao privilegiar a fabricação de produtos de baixo valor agregado. Protti (2003), por sua vez, mostra que as alterações setoriais observadas na indústria brasileira nos anos 90 não foram tão expressivas a ponto de provocar mudanças estruturais na composição

[17] Protti (2003) aponta que o coeficiente de importação do setor alcançou 16,6% em 2000, cerca de 142% maior do que o coeficiente calculado para 1990 (6,86%). Os setores de bens duráveis e de bens de capital se destacaram, o coeficiente de importação dos dois setores alcançou 52,61% e 30,27%, respectivamente. Mais detalhes também podem ser encontrados em Haguenauer et. all. (2001).

intersetorial. Segundo o autor, houve, na verdade, relativa estabilidade da estrutura produtiva da economia brasileira na década.

Assim, nota-se não ser tarefa fácil estabelecer a direção das modificações pelas quais o setor industrial passou no sentido de aferir a existência de um novo padrão de especialização produtiva no país, mas isto também foge aos objetivos desse relatório. Entretanto, duas coisas chamam atenção e podem ajudar a entender os dados examinados nos próximos parágrafos: a queda de participação (e até de produção física) dos setores intensivos em força de trabalho e a crescente utilização de insumos importados na produção industrial.

O emprego industrial total se comportou em sintonia com o produto industrial, isto é, oscilou sem crescer significativamente. Entretanto, na recessão do início da década, a combinação liberalização e restrições cambiais provocou uma queda significativa no emprego industrial, principalmente nas empresas maiores, mas, como aponta Baltar (2003b:98) "...correspondeu, na verdade, a um deslocamento desses empregos para novos estabelecimentos, subcontratados pelas grandes empresas".

Na retomada da produção após 1992, mesmo com crescimento do investimento[18], o emprego industrial não sofreu variações expressivas, ao contrário. A ocupação no setor secundário perdeu participação no total da ocupação, embora a queda tenha sido de pequena magnitude (de 21,4% em 1992 para 20,8% em 2001, considerando os ocupados e de 23,4% para 22% para os ocupados com rendimento positivo). Já com relação aos empregados, a queda na participação do setor foi maior: de 29,5% em 1992 para 26,8% em 2001. As grandes empresas contribuíram negativamente para o nível de emprego no setor. Baltar (2003b), por exemplo, menciona o maior enxugamento de vagas nas grandes empresas industriais.

Tabela 7 – Participação dos ocupados, ocupados e empregados com rendimento positivo no setor secundário, 1992/01 – Brasil

	1992	1993	1995	1998	1999	2001
Ocupados	21,4	21,8	20,6	21,0	20,3	20,8
Ocup. com rendimento +	23,4	23,9	22,3	22,6	21,8	22,0
Empregados com rendimento +	29,5	30,3	28,3	27,7	26,9	26,8

Fonte: PNAD – 1992/2001 (microdados).

[18] Embora em patamares ainda baixos em relação à média histórica do país.

Elaboração própria.

O que salta aos olhos em relação à ocupação e ao emprego no secundário é a baixa capacidade do setor em gerar oportunidades. Entre 1992 e 2001, por exemplo, o setor só ampliou suas vagas de emprego em 8,5%[19], o que equivale a um saldo de menos de 850 mil postos criados no período. Mesmo durante períodos de crescimento, o setor não respondeu à altura. Essa constatação dá margem a várias interpretações sobre a capacidade de geração de emprego na economia brasileira.

Em relação aos ramos da indústria de transformação os setores que tiveram saldo negativo na década foram aqueles intensivos em força de trabalho (como o complexo têxtil), bens intermediários (como derivados da borracha, insumos químicos) e bens de consumo (bebidas). Observa-se que alguns setores foram particularmente afetados pela reestruturação econômica da década de 90, o complexo têxtil foi afetado pela abertura da economia, vários itens produzidos localmente (tanto insumos quanto produtos finais) foram substituídos por similares importados, o impacto sobre os ocupados no setor foi significativo, na produção de fibras a queda do emprego foi de 27,1%. A indústria de borracha também reduziu o número de empregos (queda de 11,7% no período 1992-2001; a queda foi maior após 1993: 29,8%), sabe-se que o setor é fornecedor de insumos para automóveis (entre outros), pode-se interpretar essa retração como sendo provocada pelo aumento da importação de produtos de borracha, pois o setor automobilístico sofreu pouco os impactos da reestruturação, já que pôde gozar de condições especiais para promover seu ajustamento[20]. Os dados evidenciam o que já havia sido apontado anteriormente, isto é, houve uma reestruturação no setor e essa reestruturação teve determinada direção, o que foi responsável por grande parte dos problemas do mercado de trabalho no setor ao afetar setores importantes para efeitos de geração de emprego e por provocar rupturas nos elos das cadeias produtivas – o que reduziu a integração do parque industrial brasileiro.

Assim, reitera-se que o tipo de transformação ao qual a indústria de transformação foi alvo nos anos 90 impediu qualquer recuperação no nível de emprego e crescimento deste.

[19] Considerou-se o emprego com rendimento positivo.
[20] O setor foi afetado inicialmente com reduções nas tarifas de importação associadas à significativa sobrevalorização cambial após 1994. Em 1995, um conjunto de três decretos (10/02/95, 29/03/95 e 26/12/95) que incluía o setor automotivo na lista de Exceção Nacional do Mercosul, aumentava as alíquotas de importação de automóveis para 70% e definia o sistema de incentivo ao complexo automotivo (KUME, 1998 apud PROTTI, 2003).

O terciário foi o setor que experimentou maior crescimento tanto no VA quanto na ocupação/emprego nos anos 90 (ver tabelas 3 e 8). Apesar do crescimento experimentado, a expansão do emprego no terciário não foi capaz de absorver totalmente os desempregados dos outros setores e os novos ingressantes no mercado de trabalho, o que fez como que o desemprego crescesse (conforme já assinalado).

Tabela 8 - Participação dos ocupados, ocupados e empregados com rendimento positivo no setor terciário, 1992/01 – Brasil

	1992	1993	1995	1998	1999	2001
Ocupados	54,5	54,9	57,5	59,6	59,8	62,3
Ocup. com Rendimento +	58,9	59,2	61,5	63,1	63,3	65,1
Empregados com rendimento +	55,7	55,6	58,3	60,9	61,1	62,8

Fonte: PNAD (microdados).
Elaboração própria.

E mais, a expansão do emprego não foi generalizada para o setor terciário, uma vez que a redução do emprego também foi verificada dentro de alguns de seus segmentos atingidos por um intenso processo de reestruturação econômica, como é o caso dos serviços financeiros[21] (-27,8%) e mercado financeiro[22] (-10,3%), no qual houve uma expressiva introdução de novas tecnologias e novos métodos de organização do trabalho, reduzindo significativamente o número de postos de trabalho.

Segundo Venco (2003), a redução do pessoal ocupado no setor bancário coincide com a implementação das centrais de atendimento nos bancos, as quais foram criadas com o intuito de realizar diversos serviços anteriormente executados nas agências bancárias. Venco mostra que as centrais de atendimento conseguem atender dez vezes mais clientes do que as agências, considerando a mesma estrutura de pessoal. Alguns atendimentos (como solicitação de cheques, extratos de contas, consulta a saldos, transferências e outras) sofreram um processo de "eletronização", isto é, já são executados sem a intermediação do trabalhador, sendo realizados pela Unidade de Resposta Audível (URA), o "talker". Assim, "... todos os procedimentos passíveis de serem submetidos à lógica binária passaram a ser realizados por esse equipamento, que

[21] Código 451 da variável "atividade principal do empreendimento nesse trabalho" (v9907). Engloba os bancos, as financeiras e outras atividades. Esse código corresponde à relação de atividades utilizada pela PNAD até 2001. De 2002 em diante a PNAD passou a utilizar a Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão para pesquisas domiciliares (CNAE domiciliar).
[22] Código 462 da variável "atividade principal do empreendimento nesse trabalho" (v9907). Engloba casas de câmbio, bolsa de valores e outras.

'atende' a todas as ligações da central, fazendo uma apresentação dos serviços por meio de um 'menu eletrônico'(...) sem a necessidade de intervenção do operador".(VENCO, 2003:41).

A reorganização do aparelho estatal também é visível, os dados apontam relativa estabilidade no número de empregados públicos, mas considerando o nível de governo observou-se queda nos empregos na esfera federal e estadual na década de 90. No plano federal, segundo Carvalho Filho (2002), desde o início da década uma série de medidas foram tomadas visando a redução do contingente de empregados no setor público. Assim, começaram as demissões, a limitação de novas contratações, os estímulos à aposentadoria, a terceirização de serviços, foram implementados também um programa de demissão voluntária e o programa nacional de desestatização (que privatizou diversas empresas). Na esfera estadual, a redução dos empregados tem relação com a privatização dos bancos e empresas estaduais e venda da participação acionária dos estados em outras empresas, além da alegada necessidade de cortar os gastos[23]. O ajuste no emprego público só não ganhou maiores proporções por ter sido parcialmente compensado pelo aumento do emprego nos municípios devido à descentralização da execução das políticas sociais (que ganhou força após a promulgação da Constituição Federal de 1988) e à criação de novos municípios (ABRUCIO; FERREIRA DA COSTA, 1998 apud CARVALHO FILHO, 2002).

A não expansão dos postos no setor público nos anos 90 contrasta com o ocorrido nos anos 80 no qual o crescimento do emprego público contribuiu para manutenção no nível de emprego (ver item 1), tendo cumprido, assim, um papel compensador no mercado de trabalho urbano (CARVALHO FILHO, 2002).

Entretanto, a redução do emprego em alguns subsetores dentro do terciário não chegou a influenciar no seu resultado geral que foi positivo, pois experimentou crescimento de cerca de 34% no número de ocupados na década de 90.

Deve-se registrar ainda, em relação ao setor terciário, um crescimento significativo do trabalho doméstico remunerado (37,2% entre 1992 e 2001)[24], o que representava um contingente de 5,8 milhões de trabalhadores em 2001, sendo cerca de 94% do sexo feminino. Na verdade, o trabalho doméstico foi a posição na ocupação que

[23] Todas as medidas têm relação com a negociação das dívidas dos estados (CARVALHO FILHO, 2002).
[24] Representando um contingente de 5,8 milhões de trabalhadores em 2001, sendo cerca de 94% do sexo feminino (PNAD, microdados, elaboração própria). Cabe registrar que o trabalho doméstico foi a posição na ocupação que mais cresceu entre 1992 e 2001.

mais cresceu entre 1992 e 2001. Além do trabalho doméstico, o setor de serviços pessoais também experimentou crescimento. As duas atividades, cabe lembrar, são associadas, em geral, a baixos rendimentos, baixa formalização e baixa qualificação.

Conclusão

A reestruturação da economia nos anos 90 foi responsável por mudanças importantes na estrutura produtiva e no mercado de trabalho no Brasil. O ritmo de crescimento insatisfatório fez coro com as poucas oportunidades de ocupação para a população economicamente ativa do país.

A ocupação no campo continuou se estreitando, a ocupação industrial experimentou estagnação, restou a ocupação em serviços, não da magnitude necessária para resolver o desemprego que se expandiu ao longo da década, alcançando mais de dez milhões de trabalhadores. Atestou-se, ainda, a ampliação de postos de trabalho mais precários, à margem de qualquer proteção.

Os fenômenos "compensatórios" dos anos 80 não se repetiram na década de 90. O crescimento do emprego público deu lugar a uma reforma administrativa que visava o "enxugamento da máquina" via demissões, a não realização de concursos públicos, não reposição das perdas salariais etc. Outra frente de atuação do Estado foi na desregulamentação das relações capital-trabalho com reformas na legislação trabalhista cujo objetivo era tornar as condições de contratação da força de trabalho mais flexíveis, o que resultou, em muitos casos, em mais precarização do mercado de trabalho. No caso da reestruturação do aparelho produtivo, verificou-se alguma mudança em relação aos anos 80. Observou-se reestruturação de parte do aparelho produtivo, mas tal reestruturação foi de natureza defensiva e se deu, em grande medida, por mudanças organizacionais.

Neste sentido, os problemas históricos do mercado de trabalho foram aprofundados nos anos 90, o que amplia mais ainda as dificuldades a serem enfrentadas para ocupar a força de trabalho existente no país.

Referências bibliográficas

AMADEO, E. "Mercado de trabalho brasileiro: rumos, desafios e o papel do Ministério do Trabalho". In: POSTHUMA, A. C. (org.) Brasil: abertura e ajuste do mercado de trabalho. Brasília: OIT e TEM; São Paulo: Editora 34, 1999.

BALSADI, O. V. "Emprego agrícola no Brasil e no Estado de São Paulo nos anos 90". Revista Ops, Salvador, vol. 2, n.º 7, 1997.

_____. Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90. Dissertação (Desenvolvimento Econômico) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BALTAR, P. E. A.; DEDECCA, C. S.; HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. In: OLIVEIRA, C. A. B; MATTOSO, J. E. L. Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado? São Paulo, Scritta, 1996.

_____. O mercado de trabalho no Brasil dos anos 90. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003a.

_____. "Estrutura Econômica e emprego urbano na década de 90". In PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (org.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003b.

BELIK, W. et. all. "O emprego rural nos anos 90". In: PRONI, M. W. e HENRIQUE, W. (org.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

BELLUZZO, L. G.; ALMEIDA, J. A. Depois da queda: a economia brasileira e a crise da dívida aos impasses do Real. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

CARNEIRO, R. Reformas Liberais, Estabilidade e Estagnação: A Economia Brasileira da Década de 90. Campinas: UNICAMP/IE, 2000. 146p. (Tese, Livre-Docência).

CARVALHO FILHO, E. D. P. Evolução no emprego público no Brasil nos anos 90. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

COUTINHO, L. "A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização". In: VELLOSO, J. P (org). Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1997.

COUTO FILHO, V. A.; MACHADO, G. B.; GOMES, A. S. "Inovações tecnológicas e organizacionais na agricultura". In: Encontro Nacional de Economia, 25, 1997, Recife. XXV Encontro Nacional de Economia: anais, Recife, ANPEC, 1997.

DEDECCA, C.S.; "Anos 90: a estabilidade com desigualdade". In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (org.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

FARIA, V. "Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações". In: BACHA, E.; KLEIN, H. S. A Transição Incompleta: Brasil desde 1945. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

FERREIRA, J. M. F. "Mão de obra empregada e crise na cultura do algodão no Nordeste de 1982/83 a 2001/02". In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO

TRABALHO, 8, 2003, São Paulo. VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho: anais, São Paulo, ABET, 2003.

FRANCO, M. S. C. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1997.

FURTADO, C. Formação Econômica do Brasil. 27º Ed., São Paulo, Cia Editora Nacional, 1998.

GOMES, D. C.; MOREIRA, M. J. "Experiências brasileiras na geração de empregos para jovens". In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 8, 2003, Florianópolis. VIII Encontro Nacional de Economia Política: anais, Florianópolis, SEP, 2003.

HAGUENAUER, L. et. all. Evolução das cadeias produtivas brasileiras na década de 90. Brasília, IPEA, 2001. (Texto para discussão n.º 786)

KAGEYAMA, A. O subemprego agrícola nos anos 90. Campinas, IE/UNICAMP, 1997. (Texto para Discussão)

KOWARICK, L. Trabalho e Vadiagem - A origem do trabalho livre no Brasil, São Paulo, Brasiliense, 1987.

LEONE, E. T. "O Trabalho da mulher em regiões metropolitanas brasileiras". In: PRONI, M. W.; HENRIQUE, W. (org.). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: Unesp, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

MIRANDA, J. C. Abertura Comercial, Reestruturação Industrial e Exportações Brasileiras na Década de 1990. Brasília, IPEA, 2001. (Texto para Discussão n.º 829)

MONTAGNER, P. Notas sobre o emprego nos serviços nas regiões metropolitanas. s/d. (mimeo)

MOREIRA, M. M. "A indústria brasileira nos anos 90. O que já se pode dizer?". In: GIAMBIAGI, F.; MOREIRA, M. M. (org.) A economia brasileira nos anos 90. Rio de Janeiro, BNDES, 1999.

OLIVEIRA, C. A. B. "Formação do mercado de trabalho no Brasil". In: Oliveira, M. A. (org.) Economia & trabalho: textos básicos, Campinas, Unicamp – IE, 1998.

OLIVEIRA, J. S. O traço da desigualdade social no Brasil, Rio de Janeiro, IBGE, 1993.

PROTTI, A. T. Alterações na composição setorial da indústria brasileira: uma análise empírica a partir dos dados das Contas Nacionais do IBGE (1990-2000). Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

RAMOS, L.; REIS, J. G. A. "Emprego no Brasil: os anos 90". In: In: VELLOSO, J. P (org). Brasil: desafios de um país em transformação. Rio de Janeiro, José Olympio, 1997.

SILVA, R. A. "Perfil e reordenamento das atividades terciárias na década de 1990 no Brasil". In: Mercado de Trabalho e Modernização no Setor Terciário Brasileiro. Campinas, UNICAMP/IE/CESIT, 2004.

VENCO, S. Telemarketing nos bancos: o emprego que desemprega. Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2003.